

O documento do CEBES intitulado 'O lugar estratégico da gestão na conquista do SUS pra valer' elaborado em junho-julho e divulgado em agosto de 2007 representou um importante passo em direção ao aprofundamento da compreensão sobre os problemas do sistema de saúde brasileiro e ao encontro de alternativas para seu deslindamento.

Para o CEBES, o financiamento representa um entrave central para um melhor funcionamento de nosso sistema público de saúde. Ademais, a falta de um projeto político claro para o setor. Afinal, o que o SUS persegue? Quais são as estratégias adotadas para esse fim? O que é tomado como prioritário nessa política? Essas são questões difíceis de serem respondidas. Provavelmente, serão tantas as respostas cogitadas que, ao fim, poder-se-á constatar o quão elas pouco nos esclarecem. Finalmente, é preciso acrescentar a essa lista de questões estratégicas o problema da gestão em saúde. Não obstante, o debate que tal questão suscita, a sua importância em relação ao SUS segue ainda mal reconhecida.

De um modo geral, a falta de capacidade gerencial acaba sendo remetida à esfera da prestação de serviços, ao âmbito dos serviços de saúde, quando o problema em verdade perpassa todos os níveis do nosso sistema de saúde. Basta lembrar o quanto estamos longe do Ministério Único da Saúde (MUS) e as conseqüências negativas dessa desarticulação interna do Ministério da Saúde ou, ainda, reportar-se às dificuldades gerenciais comumente observadas em nossas Secretarias estaduais e municipais. Vale assinalar também que os problemas gerenciais se manifestam nos mais diversos domínios das organizações públicas de saúde: no planejamento, na gestão das pessoas, na gestão de materiais, na gestão econômica, na gestão da clínica etc.

Um outro aspecto a indicar a falta de entendimento sobre tal questão é que, ao contrário do que acontece com a temática do financiamento, raramente

se estabelece uma clara relação de causa e efeito entre o mau gerenciamento do sistema e os resultados alcançados pelo SUS. Os problemas da ineficiência, da má qualidade do atendimento, da insuficiente transparência ou da falta de democracia, todos eles dizem respeito e encontram raiz na forma como o SUS é gerido. Caso não logremos estabelecer um outro modo de gerí-lo, caso não sejam adotados um outro modelo e novas práticas de gestão, esses problemas não encontrarão efetiva solução.

Nesse sentido, o CEBES tem procurado se apropriar e debater a proposta de criação de fundações estatais para hospitais públicos. Diante da complexidade do tema e necessidade do aprofundamento de várias de suas dimensões o CEBES não definiu uma posição favorável ou contrária a este projeto. Antes de tudo, queremos discutir mais! Não se trata tão somente de encampar ou descartar a alternativa proposta, e sim de viabilizar a realização de debates francos e abertos com a sociedade brasileira. Quase 20 anos após a aprovação da Constituição de 1988, é preciso encarar de vez a tarefa de traduzir os princípios do SUS, em efetivos direitos à saúde.

A *Revista Divulgação 'Saberes e práticas da gestão municipal'* nos contempla com trabalhos mais teóricos sobre os limites e perspectivas da regionalização das políticas de saúde e suas interfaces intersetoriais e narrativas de inovações gerenciais, inovações nos arranjos institucionais e inovações que emergem das novas articulações entre conhecimentos e práticas assistenciais. Essas ricas e exitosas experiências subsidiam e estimulam o aprofundamento e a continuidade dos debates sobre a gestão do SUS. No contexto da retomada do papel do Estado como propulsor do desenvolvimento econômico e social, o reexame de fórmulas surradas que subtendem a priorização dos problemas do financiamento em detrimento daqueles de gestão não respondem as necessidades de revisão urgente das

práticas sociais iníquas que ainda fundamentam o racionamento do acesso aos cuidados e serviços de saúde no Brasil.

Para o CEBES, a complexidade e as tensões envolvidas com a problemática da gestão requer a convocação de um amplo debate com a sociedade civil organizada em todos os seus níveis. Consideramos que o caráter plebiscitário das decisões sobre as proposições em pauta sobre as fundações estatais de direito privado esterilizam o debate e, portanto não logram articular esforços em torno das reais mudanças nos modos de gerir a saúde. Em sentido oposto o CEBES vem procurando contribuir para qualificar o debate. O apontamento de lacunas e contradições nas proposições do emanadas do Poder Executivo e Legislativo e a elaboração de diretrizes comuns para orientar as mudanças na gestão do SUS são estratégias para reafirmar simultaneamente a necessidade, a viabilidade e a factibilidade da conquista do SUS pra valer!

A DIRETORIA NACIONAL